A garantia do Legislativo é o Judiciário, diz Eros Grau

O ministro Eros Grau, do Supremo Tribunal Federal, afirmou no intervalo da sessão plenária da corte, nesta quinta-feira (3/11), que “a garantia do Poder Legislativo é o Poder Judiciário”. A frase foi uma resposta aos questionamentos de jornalistas sobre as críticas feitas por integrantes do Congresso à decisão de Grau, na qual concedeu liminar (MS 25.618) ao deputado José Dirceu (PT-SP).

A decisão impediu que dados supostamente obtidos de forma ilícita constassem do relatório do deputado Júlio Delgado (PSB-MG), que opinou pela cassação do mandato de Dirceu no Conselho de Ética. Eros Grau também considerou nula a sessão na qual o deputado mineiro leu seu relatório e suprimiu quatro parágrafos em que fazia alusão aos dados “ilícitos” – o que obrigou o parlamentar a refazer seu texto.

Em entrevista à **Consultor Jurídico** na terça-feira passada, Delgado afirmou que a crise entre os poderes levou-o a iniciar um debate para criar uma proposta de alteração da Constituição, na parte relativa aos critérios de escolha dos ministros do Supremo. Hoje, o ministro decidiu manifestar-se.

“O Judiciário é uma garantia para todos”, afirmou. Ao ser questionado se as críticas o haviam incomodado, o ministro disse: “Existem duas pessoas. O ministro, que representa a instituição, e a pessoa Eros Grau. O que vai no íntimo da pessoa não importa, a individualidade não conta”.

O ministro também foi indagado sobre uma suposta afirmação sua, em sala de aula, de que o Supremo seria um tribunal político. “Eu disse que o STF é um tribunal político no sentido de que promove a coesão da polis; todos nós, nesse sentido, somos políticos. O Supremo se empenha na defesa da polis. O homem é um animal político. Não no sentido de política partidária”, explicou.

Eros Grau ainda afirmou que o pedido de liminar não foi levado ao Plenário porque não havia tempo suficiente. Sobre o prazo do mérito do Mandado de Segurança, quando irá se julgar sobre a licitude da transferência de dados pela CPMI dos Correios para o Conselho de Ética e Decoro da Câmara, Eros Grau afirmou que o prazo será o de tramitação normal — no entanto, não fez previsões. Disse apenas estar de posse dos dados necessários e que irá enviá-los ao Ministério Público. Ao final da entrevista, fez um desabafo: “Coisa muito boa é ter a consciência de ter cumprindo a sua função”.

Date Created

03/11/2005